

O BRASIL E A TRILATERAL

Discurso proferido no Senado Federal, Sessão de 12-6-79



O BRASIL E A TRILATERAL

Discurso proferido no Senado Federal, Sessão de 12-6-79

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A abertura passou a ser um jogo sumamente curioso — mexe com tudo mas não muda nada. Nesse estilo de mudança tumultuária, ausente de confiabilidade pública e política, a iniciativa mudancista mal encobre o seu objetivo não declarado, mas a cada hora mais evidente, qual seja o de manter o monopólio do poder, com ele o monopólio econômico-financeiro e por via de consequência o monopólio da miserabilidade social. Assegurados esses controles, com o resto pode-se brincar de trocar figurinhas. E o espaço da complexidade brasileira é tão grande que o governo se permite incursionar com várias bandeiras sem se sentir obrigado, dada a curiosidade geral pelo espetáculo inédito, a indicar qual delas é o símbolo das aspirações gerais. O claro intuito diversionista, entretanto, começa a cansar, como o próprio circo cansa. Então o País inteiro, devolvido aos seus afazeres — essa imensa força de trabalho que é sem dúvida uma das maiores do mundo, põe-se a indagar do seu destino. Que é que vai acontecer?

Claro que as coisas acontecem quer nos preocupemos ou não com elas; mas quando todos de uma só vez e com igual ansiedade ignoram o amanhã com a mesma imprecisão de elementos que o desqualificam para um exercício de futurologia a partir do ano 2000, é que o presente, o dia de hoje, perdeu a razão de ser, inexiste, é uma ficção. E porque o presente não tem expressão, não é, — nada é; passa-se a conjugar o futuro e seremos sempre o futuro, nunca o presente. Nesse estado de levitação já consumimos quinze anos e mais quinze estão nas cogitações dos parapsicólogos para evitar que o País ponha os pés no chão.

Ao que parece, dessa mágica delirante o que menos se perdeu foi tempo; perdeu-se muito mais em crença política, em independência econômica, em equilíbrio social, em amor às tradições, em respeito à história, em comportamento humanístico, em relacionamento cívico. O crescimento brasileiro, desastrosamente comprometido com o gigantismo estatal-multinacional, permitiu que a nossa formidável força de trabalho servisse apenas a uma acumulação capitalista anti-social, de que é exemplo a indisfarçável correspondente acumulação de miséria nacional, a ponto de hoje o problema

não ser apenas de encher panela, mas de esvaziar o governo da comprovada insinceridade de propostas com que os mesmos homens, há quinze anos sacrificam a Nação.

As custas da violência organizada do arbítrio ergueu-se o império da discriminação dos privilégios, que agora se consolida com o manobrismo ultratriunfante da abertura. O poder que se confere à ARENA para acabar com o MDB tem a mesma origem do que enseja as disparidades regionais e sociais, do que determina a qualidade de vida a nível de luxo e a nível de penúria, do que combate a inflação e a realimenta com a especulação financeira, do que tabela a liberdade e não tabela o juro. O império da discriminação de privilégios tinha que ser mesmo essa sociedade secreta em que se transformou aquilo a que o General Hugo de Abreu chamou de "Grupo Palaciano", cujo declínio, felizmente, antes de mais nada, está no próprio princípio de subjugação e desconfianças mútuas em que se fundamenta a aliança. Não é a lealdade a argamassa que os une, mas a cumplicidade. E a cumplicidade não constrói. destrói; sua força se exerce inexoravelmente para dentro e não para fora, o que implica uma relação de extermínio por afunilamento.

Não é à toa que o grupo palaciano encontra-se tão reduzido. Isto não significa dizer que esteja fraco. Aí está a abertura como seu lance maior para conjurar a crise. O problema do "Grupo" é uma questão de tempo e oficialmente ele dispõe de seis anos. A partir desse raciocínio, trabalha-se com afinco no tabuleiro dos privilégios. Toda a ênfase da abertura reside na ânsia de institucionalizar a discriminação dos privilégios, de que são exemplos gritantes a anistia e reforma partidária, do Ministro da Justiça, e a ideclogia desenvolvimentista do Ministro do Planejamento; o homem brasileiro definitivamente passa a ser um objeto de experiências e interesses desvairados, enquanto que o sujeito da política e da economia é o binômio Estado-Multinacional (ou Trilateral).

Há tempos entramos no regime de trabalhar mais e viver pior. O problema não é de renda per capita, é outro — é de relação entre o ganho e as necessidades. Confundimos, por ato de incompetência ou de interesse, as vantagens nacionais e as vantagens internacionais, e a partir daí as necessidades brasileiras superaram os ganhos. Por outro lado, o Estado, tomando por modelo o gigantismo das multinacionais, passou a concentrar, pela força do arbítrio, não apenas as atribuições políticas do homem constitucional e suas organizações, mas a sua renda e as do Município e do Estado federativo. Aliados os totalitarismos do governo e das multinacionais, o país tinha que gemer para alimentar a cobiça desses gigantes. E muito gemeu e geme. Dessa arrancada concentracionista,

padeceram todos os valores tradicionais da vida nacional. O governo destruiu sobretudo a solene dignidade das coisas simples, que só os simples, em liberdade, sabem cultivar. Complicou tudo e procurando estandardizar tudo castrou a espontânea capacidade criativa do homem organizar-se política, econômica e socialmente, segundo o seu próprio senso de responsabilidade junto ao ambiente, onde é considerado e responsável. A segurança nacional nasce daí, da associação e liderança de pensamentos autênticos em todos os quadrantes do Brasil; a outra, hierarquizada sob a forma de autoridade, é simplesmente auxiliar e corretiva. O arbítrio e as multinacionais, pela forma avassaladora como se constituíram, amesquinharam os valores subjetivos da nacionalidade e desqualificaram a importância do homem e da terra.

Desde que o homem perdeu o lugar de centro das propostas e realizações governamentais, deslocado para a condição de peça no rol dos acessórios do desenvolvimento, deu-se a queda do entusiasmo nacional por tudo aquilo que pertence à intimidade criativa das capacidades humanas desvinculadas da obrigatoriedade estatal. Salvou-se a cultura artística pela sua vocação de protesto, no mais tudo definhando. O curso de Moral e Cívica imposto às escolas é a prova da terra arrasada em que se pretendeu recriar uma nova cultura, ainda que estranha à vocacionalidade do solo. Morto o município, mortas as pequenas e médias empresas nacionais, morto o campo e mortas a criatividade política e artesanal, o homem perdeu o gosto da associatividade e ganhou o mundo em busca de aventuras para o espírito. Destruíram o pequeno mundo onde sempre o homem se prepara para o grande mundo. Se a responsabilidade, a iniciativa das coisas, o trabalho e a renda são questões de governo e do grande mundo, resta-lhe, caminhar, mesmo à procura de nada. Somos todos, hoje, ciganos em nossa própria pátria.

Esses duros anos de repressão castigaram demais a vida nacional. Agora se pede mais tempo para redemocratizar o país. Levamos quinze anos para que palavras como redemocratização, anistia, pluripartidarismo e tantas outras fossem absorvidas pelos governantes que hoje querem outro tanto de anos para nos ensinar a executá-las no âmbito público, partindo do mesmo princípio de sempre, ou seja, de que são donos delas com a mesma sensação de posse e tranqüilidade de domínio como o foram da iniciativa do arbítrio e suas monstruosidades políticas, jurídicas, morais e físicas. Como cesteiro que faz um cesto, faz um cento, premune-se psicologicamente a sociedade contra o pior.

O Sr. Luiz Cavalcante - Permite V. Exa um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA - Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante - Meu nobre colega, sem desdouro algum para o novo Partido de V. Exa, confesso que é com saudade, com um laivo mesmo de nostalgia, que não o vejo mais sentando à minha esquerda, nem falando na minha frente, mas lá, bem à direita, a milhares e milhares de milímetros de distância. Na mutação partidária de V. Exa há um paradoxo com o qual não me conformei ainda. É que foi V. Exa, filho dileto do Capitão Sinhô da Mata Verde, o grande apóstolo da distensão. Isto quando falar em distensão, implicava em alguns riscos. E tudo V. Exa fez sem nenhum escudo, sem quaisquer outros trunfos que não a sua palavra. a sua vibrante palavra. Bem dizia mestre Salomão que "a vida e a morte estão à mercê da língua". Mas, quando o fantasma da distensão se foi corporificando, eis que os fatos empurraram V. Ex^a para o outro lado. Este, o paradoxo, com o qual não me conformo. Creia, porém, V. Exa, Senador Teotônio Vilela, esteja V. Exa no partido do ocidente ou no partido do oriente, o intimorato Cavaleiro do Sabalangá terá sempre a mesma amizade e a mesma imorredoura admiração deste seu amigo Luiz Cavalcante. (Muito bem!)

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, nobre Senador Luiz Cavalcante.

A palavra presidencial de fazer deste país uma democracia, é um juramento sério e respeitável. Exatamente por isso é que não se admite que o General Figueiredo tenha chegado ao governo, depois de mais de um ano de definitivamente escolhido, sem um programa concreto de ação e ainda se deixe embalar perigosamente pelos impulsos equívocos de uma abertura que esbarra nas sombras de suas próprias dúvidas e principalmente no arcabouço preconceitual da imutabilidade da atual estrutura de poder. As manobras verificadas até agora indicam uma ausência absoluta de normas respeitáveis, o que põe em desassossego as perspectivas democráticas e conseqüentemente o próprio juramento presidencial. O jogo da sagacidade pela sagacidade esgota-se. A constatada perplexidade dominante não é outra coisa senão a insólita revelação da impotência.

No fundo, o que definha o País é um profundo e dolente gemido de desamparo. Ressente-se o indivíduo de garantias, a Nação de instituições políticas e estáveis e o Estado daquela "proteção social" que Pimenta Bueno, o nosso constitucionalista do Império, considerava indispensável à segurança do poder. O arbítrio conseguiu destruir todas as formas sublimes de respeitabilidade do indivíduo, da Nação e do Estado; e agora diante do caos constatado

sugere um tipo de abertura, cujo destino é o mesmo, isto é, destruir o resto. Para essa ação predatória é que se pede a parceria da Oposição e a colaboração da sociedade. Diante da negativa, a abertura oficial, irritada, tange a baje e anuncia mil botes. A verdade é que os espaços estão vazios e deles nasce apenas a fria ansiedade de expectativas bastardas. Entramos, para me socorrer de Hannah Arendt, naquele "intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda. Na História, prossegue a eminente analista política, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade".

Como a abertura supõe a conciliação do Estado com a Nação, através de um processo de correlação de forças à base do denominador comum da normalidade política, econômica e social, necessariamente teria de ordenar-se de forma bilateral, abandonando o governo a suposta condição de detentor do poder constituinte militar ou revolucionário ou congressual e partir para a edificação de um novo capítulo da História, recorrendo às formas clássicas de geração de um novo pacto social. Sem consistência social e política, a abertura, rigidamente tutelada, fica saltando, como batata quente, de uma mão ministerial para outra e não sai da redoma do poder. Cria um intervalo de confusão em que nada de substancial acontece e com isso prorroga o momento da verdade, indispensável à cirurgia dos impasses. A abertura política, ao prescindir do lastro jurídico da lei competente para batizá-la na fé democrática, torna-se figura paga à mercê dos conflitos de crença que irrompem dentro e fora da área oficial. Mais do que isso, exposta à cobiça externa, hoje representada por uma vasta extensão de abismos onde se sobressaem disputando influência, como num território internacional, as teorias do trilateralismo e do islamismo palestino.

Não foi tão aguda, Sr. Presidente, como agora a nossa angústia diante do futuro. A perseguição individual assumiu proporções inacreditáveis com o AI-5; não é disso que falo — nem da tortura e da morte. Falo da vida de cão a que a lei do cão, o AI-5, como a chamava Prudente de Morais Netto, o sempre lembrado Pedro Dantas, reduziu este País; falo da "vida-severina", segundo a ótica poética de João Cabral de Mello Neto, vida que entrevejo coletivamente sublimada na angústia kiekergaardiana, que se é a revelação de um estado psicológico ambíguo em face do pânico gerado pelas questões insolúveis, carrega no seu bojo a capacidade de despertar a Nação para a possibilidade da liberdade. É provável que o verde da angústia libertária tenha a lhe preservar contra o arbítrio, como o da palma forrageira do sertão alagoano, aquela mesma película invisível que evita os efeitos dos desvarios solares.

O que é que vai acontecer, Sr. Presidente? Procuramos em torno o aconchego da confiabilidade inspiradora de atitudes e esperanças. A confiabilidade, no entanto, não é um improviso ou um palpite, mas todo um processo de concentração de referências exatamente o que se extingue com o "não ser mais" e o "não ser ainda", ou seja, com o "intervalo" provocado pela impotência circunloquial da abertura. Havendo uma ruptura de tempo político, suponha-se que o governo Figueiredo, tão comprometido com a legalidade democrática, fizesse da abertura política a ponte constitucional de união do passado ao presente, livrando-se das velhas pinguelas clandestinas e paternais. Vê-se que a oficina da ilegitimidade e do casuísmo continua em atividade, como se nada de novo tivesse que se operar no mundo das instituições republicanas e democráticas. Insiste-se em andar sem sair do lugar, em viver sem sentir, em procurar sem enxergar. O governo desconhece que a sociedade cresce e pensa independentemente de sua atuação.

O que se pode tirar desses cinco meses de abertura, sem o AI-5, não é bem um exemplo, como diria Mário de Andrade, mas uma lição. A lição de que não é possível sair do Estado totalitário para um Estado democrático sem uma Constituinte. O povo quer um novo pacto social que ponha em equação as questões fundamentais do País.

Inconformada com a falta de um cronograma de leis, sobressalta-se a sociedade. A produção contínua de anúncios sobre as mais variadas e desencontradas medidas aprofunda o caos. O último elo que faltava para fechar a corrente da ansiedade negativa consistia na lealdade submissa do partido do governo, que agora já se declara possuído do desencanto de viver — prefere a morte a continuar fugindo ao princípio da representatividade. A serpente do arbítrio, como a da mitologia, começa a engolir a própria cauda.

É necessário, Sr. Presidente, buscar nas raízes da liberdade brasileira inspiração corajosa para quebrar a opacidade que envolve o surgimento dos legítimos caminhos da liberdade. De Tiradentes a Herzog temos todo um itinerário da libertação através do qual o Brasil formou a consciência democrática de que tanto nos orgulhamos. A intermitência autoritária que ao longo da História nos tem privado da normalidade democrática não dá direito a ninguém dizer que nunca tivemos democracia e que só agora começa-se a pensar seriamente num regime com tais características. É preciso dizer bem alto que o brasileiro já adquiriu autonomia de sentimento democrático. Os arautos e ideólogos do Estado Novo também procuraram ignorar esse sentimento; basta ler "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional" para se ter uma idéia de que

não há nada de original nas declarações dos atuais defensores do poder, quando na verdade apenas se identificam com estas palavras de Azevedo Amaral, ditas em 1938, para louvar o golpe de 10 de novembro de 37: "... foi a nossa primeira revolução construtiva. A obra a ser realizada é evidentemente imensa. Mas as possibilidades dinâmicas do Estado autoritário, como órgão das energias criadoras de uma verdadeira democracia, pode justificar a esperança de estarmos, afinal, no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das suas riquezas e pela expressão autêntica do gênio do seu povo".

Aí está, Sr. Presidente, como o Estado autoritário segundo o nosso conhecimento histórico, não pode se transformar, por simples passe de mágica, como se queria no passado getuliano e se quer hoje, em Estado democrático. As exaltações do autoritarismo são as mesmas e até a preocupação que assaltava permanentemente o ideólogo Azevedo Amaral de que não se pode confundir autoritarismo com totalitarismo também é a mesma, baseada no mesmo argumento, ou seja de que totalitário é o governo fascista ou comunista, enquanto que o autoritário se resguarda com as chamadas salvaguardas democráticas. Para se acabar com o Estado Novo e suas salvaguardas democráticas foi preciso uma guerra. E agora, José?

O sentimento democrático é o maior patrimônio cívico desta Nação. A unidade territorial, a unidade lingüística e a unidade cultural não tinham como existir se não as presidisse a linha original de nossa compreensão liberal das coisas à luz da integridade do sentimento democrático, que antes de mais nada é um sentimento eminentemente associativo e fraterno. Não estou fazendo concessão ao ufanismo romântico do democraticismo liberal, mas ao ufanismo realista das utopias conquistadas. Não foi a força que uniu o território, a língua e a cultura. Se a consolidação do sentimento democrático numa estrutura de poder estável tem nos custado uma longa e penosa marcha, retardada aqui e ali pela irrupção do autoritarismo ou mesmo por negligência da política democrática, isso não invalida a afirmação de que o tema da liberdade democrática é a constante histórica de nossa formação política. Ouso dizer que não temos divergências profundas de sentimento político, apenas vacilações fisiológicas de grupos que no poder, fracassados quanto à prática do idealismo enfunado, recolhem as velas e insistem no esforco de empurrar o barco a remos e a varas.

Foi o que aconteceu com o Movimento de 64. Depois, enfurecidos com a lentidão da marcha, os revolucionários quebraram os remos e as varas; em 68 o barco adernou e sobre as águas desen-

cadeou-se a fúria dos prisioneiros da História. Com boas intenções, Sr. Presidente, segundo dizia André Gide, é que se faz uma má literatura; a experiência brasileira desses 15 anos prova que também com boas intenções é possível fazer maus governos.

Em 15 anos não se sucedem apenas as gerações, mas sobretudo muda o espírito do tempo; e a maior dificuldade de hoje está em que o espírito do tempo não encontrou ainda nas gerações dominantes a sua melhor maneira de se expressar diante das dificuldades nacionais. A doutrina da Escola Superior de Guerra não conseguiu mobilizar um núcleo de idéias capaz de formar corpo político nacional que proporcionasse à Revolução, durante tantos anos, o surgimento de lideranças efetivas. Felizmente. Dos partidos políticos, se um não podia ser fértil campo de líderes pelas incursões predatórias da Revolução, o outro, mutilado de guerra, sem condições de cultivar idéias, jamais produziria um autêntico condutor. Carente de líderes, é verdade, a história política contemporânea tinha que ser o que é – um campo de saudades confusas, de realidades estranhas e esperanças amarfanhadas. Mas de qualquer modo um campo de luta, onde se formou uma respeitável resistência contra a fúria. O importante, para a vida da sociedade, não é que ela produza gênios, mas coragem para proteger seus legítimos interesses. O que hoje se quer acabar, com a extinção das siglas partidárias, não é propriamente as chamadas pobres lideranças políticas, mas a coragem social que retirou sua proteção ao Estado, desde quando os partidos políticos foram proibidos de funcionar como portadores de bens coletivos e o Governo, usurpando essa função, fracassou duplamente, como receptador direto e sobretudo como administrador. Admite-se agora que entontecida a representação popular no Congresso, com a extinção dos partidos, perca a sociedade o estímulo à reação, e diluindo as suas exigências em várias correntes partidárias, nenhuma, por fim, venha a dispor de contingente pessoal e conteúdo ideológico em condições de ameaçar a estabilidade do monopólio do poder. Creio que o governo esquece deliberadamente a inteligência social. Ao passar do arbítrio áspero ao poroso, mantém a mesma falta de zelo e respeito pelo homem político.

Qualquer revolução vitoriosa se supõe ter feito uma opção política em nome do povo e passa a empresariar os múltiplos interesses públicos como detentora do monopólio do poder. Esse monopólio não precisa necessariamente ser ditatorial, segundo o figurino de sua caracterização absoluta às formas de governo de perpetuidade unipessoal, com abolição total de todas as instituições que singularizam outras apresentações de estilos governamentais. Vulgarizou-se no mundo moderno a distorção da importância de núcleos de idéias como fator determinante das diretrizes canalizadoras de bens públi-

cos ou coletivos. Proclama-se sempre que o governo está a serviço do povo, mas não se dá ao povo o direito de participar das decisões em torno de que tipo de bens lhe deve ser servido nesta ou naquela oportunidade. Os governos autoritários assumem a capacidade de pensar por todos e procedem como se todos lhes houvessem outorgado o poder de que só assim compete ser gerida a coisa pública. Sumos pontífices dos direitos coletivos, os governantes eximem-se de sanção, o que os torna naturalmente irresponsáveis pelo que fazem aos outros e também a si próprios. O princípio da autoridade absoluta não está precisamente na forma convencional de governo absoluto, mas sobretudo quando seus atos prescindem de qualquer forma de apreciação popular, legislativa e principalmente judiciária.

A irresponsabilidade do poder, entretanto, necessita de amparo para exercer-se sem julgamento. Daí a necessidade do monopólio da governança.

Sabido que a sociedade tende ao poder, não porque o pretenda como ornamento de autoridade, mas porque ele é o instrumento de ordenação de suas necessidades, na medida em que um governo autoritário, por vários motivos, deixa de ser o empresário ideal dos governados - não atendendo um mínimo de reivindicações que os situe na faixa da tolerância - torna-se exposto, quer queira, quer não, à possibilidade de ser afastado. Entra em competição. O desagrado das coisas compõe uma força latente que, se não se expressa numa luta frontal contra o poder, desloca-se habilmente para outras formas de ação, e sem abandonar o objetivo de pelo penos abalar o oficialismo, passa a distinguir em outras forças políticas, um outro tipo de "empresário" que, de algum modo, enfrente a situação indesejável de monopólio. Assim é que crescem as oposicões, aqui ou em qualquer parte do mundo, e por isso é que indispensável a alternância de poder, que ou se faz democraticamente através de eleições populares ou se faz através de golpes de cúpula, sejam eles civis ou militares, mas de qualquer modo representativos da natureza da competição política.

Nada mais mistificante, Sr. Presidente, do que a proclamada unidade revolucionária que se diz dominante nesses quinze anos. Como as áreas de interesse pelo monopólio do poder representavam-se por vários grupos, do General Castello ao General Figueiredo, cada governo eclodiu como um golpe, até que agora, ao que parece, a competição grupal chega ao fim, cedendo a uma convergência de pressões internas e externas que, embora dominadas por objetivos diferentes, expressam realidades que na primeira hora se confundem com o espírito da contemporaneidade em choque com o poder militar. Por outro lado, é justo e necessário proclamar que,

nesses 15 anos, as Forças Armadas, guardiãs dos governos autoritários, pagaram muito caro por administrações, em todas as órbitas do poder, que em leilão público ficariam sem oferta. Sabe-se que os militares desejam vivamente a ordem constitucional sem a qual o princípio sagrado da lealdade à Nação pode sofrer interpretações temerárias e ambíguas à margem da respeitabilidade da própria instituição militar. Se a ordem é institucional e não ocasional, é necessário que o seja para ser permanente e inconfundível, principalmente numa hora em que a Nação carece de maior identificação com os seus conceitos, a sua gente e o seu destino.

Esquecer que a competição política é a essência da vida da sociedade, é dormir em cima de um barril de pólvora cujo pavio está fora do alcance dos que se julgam tranqüilos. E os que estão tranqüilos querem continuar a dormir, achando que a simples mudança de posição no mesmo lugar é suficiente para anular a existência do pavio. O pavio não é o MDB; é o povo, é a sociedade. Enquanto o governo não entender que a essência do impasse está no problema institucional do poder, noutras palavras, no monopólio do poder, jamais encontrará o sentido da abertura democrática, que em si é a abertura do próprio poder à competição partidária e não apenas o alargamento de voz no âmbito público, ou mesmo de medidas liberalizantes simpáticas e elogiáveis, mas que, como a caridade, começam e terminam em si mesmas, pela incapacidade de entrosamento, pela ausência de poder interativo numa ordem institucional estável e democrática.

O Sr. Franco Montoro - Permite-me V. Exa um aparte?

O SR. TEOTÔNIO VILELA - Com muito prazer.

O Sr. Franco Montoro — Para destacar, nobre Senador, o aspecto fundamental que V. Exª retoma, com grande clarividência, e que é, de certa forma, uma grande contribuição ao Governo: ele precisa sair do equívoco, o seu adversário é o povo. V. Exª disse muito bem, é uma tradição contínua, é pensamento fundamental do povo brasileiro, o da liberdade e da democracia. Depois do golpe de 37, quando o Brasil retomou a sua normalidade, convocou-se uma constituinte, foi a última que o Brasil convocou. E o que disse o povo? Que deveria haver eleições diretas para Presidente da República, para Governadores dos Estados e para Prefeitos de todos os Municípios. O povo falou claramente e, aos poucos, foi através de golpes autoritários, que foi sendo tirado do povo aquilo que o povo disse claramente ao Brasil e que está contido também no § 1º do art. 1º do texto constitucional: "Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido". Esse princípio simples

precisa ser respeitado. Enquanto o Governo não reconhecer essa verdade, honestamente, ele continuará no equívoco que V. Exª precisa com exatidão inexcedível. Congratulo-me com V. Exª por esse diagnóstico e, como disse, por esse serviço que presta ao País e ao Governo que ainda está por acordar para a nossa realidade.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, nobre Senador Franco Montoro.

Sr. Presidente, o que é importante salientar é que as oposições brasileiras, representadas partidariamente pelo Movimento Democrático Brasileiro, passaram a incomodar seriamente o governo, ou seja, a ameaçar a estabilidade do monopólio do poder. Na verdade o ameaçam. Não se trata de uma atitude conspiratória ou de um desejo especificado contra pessoas no poder. Trata-se de que o governo de monopólio surgido da Revolução, uma vez que já não satisfaz aquele mínimo de exigências que pode conter o povo na faixa da tolerância, e nem saldou os seus compromissos liberais com o povo, ao lhe escassear reserva de força autoritária para se impor, automaticamente libera as correntes de opinião de qualquer afeição ou pendor governista. Mesmo prescindindo de eleição popular o Chefe do Governo, quer queira quer não, encarna a possibilidade de atender a todos os bens coletivos de que a Nação se julga com direito de reivindicar e ver discutidos publicamente. Na medida em que esses bens deixam de ser considerados, a sociedade reage. Como os seus vários segmentos mais representativos não são organizações de caráter político efetivo-militante, as tensões latentes se transferem para as organizações político-partidárias e transformam-se em ação quotidiana de estilo competidor, ou melhor, ameacador.

Nesse sentido o MDB é uma ameaça ao monopólio do poder, empalmado hoje por um grupo escandalosamente minoritário. A confissão de decadência política do governo ficou evidenciada com a edição do "pacote de abril", principalmente com a criação dos senadores biônicos. Não teria o governo apelado para tão grosseira forma de fazer melhor representar-se a sociedade nesta Casa, inclusive menosprezando a capacidade de escolha do povo, se não se tivesse capacitado de que estava ameaçado de perder a maioria na Câmara Alta. O governo perdeu as eleições em abril de 77, or pelo menos confessou-se oficialmente impotente para ganhá-las democraticamente. Mas os atos de abril já não bastam para deter a reação social. Nesse caso urge destruir o MDB. E aqui me permite dizer que o problema das apreensões da situação de poder dominante não se resolve e nem está na confrontação entre ARENA e MDB. Os Partidos, de forma subjetiva, estão empenhados, pelo me-

nos em seus programas, num objetivo comum, que é a estruturação do estado de direito democrático. São, portanto, aliados, programaticamente e inclusive na base eleitoral, na luta contra alguma coisa que os inibe de entre si competirem. Essa coisa é o poder ao qual nem um nem outro chegam e que, entretanto, é a única razão de ser dos partidos políticos funcionarem em confronto de forças.

O impasse a que se assiste é de outra ordem, ou seja o conflito está entre as organizações partidárias e a obsolescência das instituicões. A soberania popular e a soberania técnico-militar-burocrática. As estruturas democráticas e as estruturas do arbítrio. A alternância de poder e o monopólio do poder. Essa situação, que não permite a defrontação ideológico-programática dos partidos, distorce a abertura proclamada e lhe confere o embuste de querer fazer o que, pela natureza de sua implantação, não está ao seu alcance. Ao se pretender a destruição dos Partidos o que se tem em mente não é gerar o pluripartidarismo, mas sob essa alegação disfarçar a real incompatibilidade entre a existência da vida partidária e a situação do monopólio do poder. Armou-se um diversionismo cuja finalidade é encobrir a exaustão do sistema de poder, que resolveu pagar o preço da abertura para salvar-se. Quando afirmo que ela é irreal, é porque basicamente e em suas opções finais não serve à causa democrática, apenas dela se serve. Todas as proposições anunciadas encaixam-se nessa programação de desvirtuamento da democracia, sem que necessariamente muitas delas mereçam repúdio, até pelo contrário, exigem pleno apoio. Mefistófeles queixa-se, nos versos de Goethe, de que quer o mal e termina fazendo um bem. Pode ser que agora esteja acontecendo o mesmo, pelo menos eu espero.

Não prego, Sr. Presidente, a sustentação do bipartidarismo, sempre fui contra e até sugeri que desaparecesse para dar lugar a um pluripartidarismo de fisionomia ideológica definida. Mas sugeri a formação de blocos, àquele tempo, formalizada a anistia, com o intuito claro de se chegar mais rapidamente à Constituinte, abrindo-se assim maiores possibilidades de representação social. Acabar partidos agora, por ato de vontade unilateral, para satisfazer unicamente o unilateralismo do sistema de monopólio de poder, é, em última análise, tomar o apólogo do feixe de varas como um grave atentado à situação dominante. Repartida a Oposição em pequenos feixes, torna-se mais fácil a tarefa de quebrá-los ou de enganá-los com banana e bolos. Por outro lado será a primeira vez no mundo em que a maioria parlamentar, dizendo-se democrática, extingue a minoria.

A moeda, entretanto, Sr. Presidente, tem sempre um outro lado. Ninguém desconhece a mística do poder, mas quando ele perde a solenidade intrínseca de sua importância junto ao povo e passa a ser questionado já não só em sua legitimidade mas também em sua capacidade de gestor dos bens coletivos, fecha-se contra ele a sombra da incerteza, onde até o chauvinismo da lealdade, por força do desencanto geral, trama contra a gestão oligárquica dominante. O que não impede que essa lealdade se entregue ao embrião de um outro grupo candidato a gestor oligárquico. É que há, de um lado, um formidável público potencialmente discordante e, de outro, a convicção de que as tensões e desequilíbrios característicos do momento brasileiro definem um estado de mudança portador de definitivo rompimento com a cansada e cansativa instabilidade político-revolucionária.

Quando se diz que todo poder emana do povo, não se faz uma afirmação graciosa. Se a sociedade tende ao poder, e ninguém até hoje ousou afirmar que chega ao poder, por qualquer via, contra a vontade do povo, necessariamente tem nos seus líderes e suas correntes partidárias os portadores de suas pretensões. A democracia foi a melhor forma de governo que a sociedade encontrou para evitar choques de sangue e dissidências irreconciliáveis no processo de alternância, inevitável pela própria dinâmica transformista do organismo social, sabido que o poder, pela sua estrutura simbólica de estabilizador de divergências naturalmente inclina-se à rotina, se não por outros motivos ao menos pela pressão da própria máquina administrativa. Extinto o poder hereditário, o próprio poder oligárquico não escapa às tempestades da alternância.

O poder dominante tem tudo para eternizar-se — se não existisse aquele sentimento de autonomia democrática que o brasileiro já adquiriu há muito tempo. Há todo um quadro de circunstâncias e conveniências pelo meio, mas há sobretudo e sempre, no íntimo do homem, uma vontade indomável de seguir o seu destino. Nisso é que nós, latinos, somos sensivelmente diferentes dos anglo-saxões preferimos mais a libertação pelo espírito do que pelas fórmulas. Daí por que a reorientação do Governo, se conta vitória com um simples remanejamento de fórmulas, não está sendo tão arguto, na análise da situação brasileira, quanto presume. É rigorosamente ilusório extinguir legendas e criar outras, supondo que com isso elimina a postura plebiscitária do voto. O problema que se coloca em primeiro plano é o da impossibilidade criada pelo arbítrio da sociedade chegar ao poder através dos seus portadores de bens coletivos - os partidos políticos, impedidos de desempenharem o papel que lhes compete.

E a isso não se propõe a abertura, ao contrário, desdobra-se no sentido de preservar o *status quo*. Tudo se fará, contanto que a

situação de poder se mantenha in Iterável. Ora, o que quer a sociedade é participar, isto é, assistir, pelos seus portadores, o debate e a decisão de suas questões mais importantes, relegadas todas, nesses últimos anos, a um plano inferior. Além disso, quer a sociedade não só uma melhor distribuição de trabalho e renda, de ganhos e de oportunidades, mas também uma melhor distribuição de autoridade, que é exatamente a chave principal de abertura das outras, e é precisamente o que o Governo não se dispõe a dar. Como a conciliação em política não é uma palavra solta, mas comprometida substantivamente com o princípio da co-gestão da autoridade, no contexto institucional da concepção democrática — se o Governo não pode abrir mão do monopólio da gestão, nada se impõe como realístico nas expectativas da abertura oficial. Também nada muda no quadro social em relação ao seu julgamento do Governo e seus modelos obsoletos de tratamento político e econômico.

Nessa altura, mexer em legendas parece até um ato de temeridade que pode expor a Presidência da República à cobiça de grupos do tipo livre atiradores, totalmente desengajados daquelas pressões internas e externas a que já me reefri, mas sem dúvida dispostos a qualquer aventura, sempre na suposição de que existe um público potencial em disponibilidade pronto a mudar de "empresário" e a aderir a outro. Depois, é matéria pacífica no estudo das sociedades em transformação, como a nossa, que toda vez que se põe o problema do poder em zona de sombra, ou seja, em prolongada incerteza quanto a decisões de matérias que envolvem o interesse público e o público não é ouvido - nas brechas das incertezas armam-se naturalmente barracas políticas em conflito. Não é coisa mansa e pacífica acabar com o mundo e políticas em conflito. Não é coisa mansa e pacífica acabar com o mundo e recriá-lo com a perfeição que a própria natureza não teve recursos para atingi-la. Já se acabou uma vez com os partidos nesse período revolucionário. O tempo, as coisas e as pessoas eram outras - e as expectativas também. É ousar muito reverter expectativas, pessoas, coisas e sobretudo o tempo, que nem César, nem Napoleão e nem Hitler conseguiram moldar, por mais que tentassem, à sua imagem e semelhança.

Se a abertura peca pela base, ou seja, não proporciona à sociedade todas as vias de acesso de que necessita para se fazer representar, qualquer negociação à sua revelia é esforço em vão. O Estado e a Nação, desentendidos, afastaram-se. Tornar-se-ão mais distantes ainda, se não considerados os itens essenciais das discordâncias; pois a abertura em curso não é um compromisso de entendimento político-institucional, mas uma certa fofoca suburbana bem ao gosto de um regime de compadres. Se o País vier a ser vítima

desse diz-que-diz, a que se dá a denominação de reforma partidária, ficaremos ainda mais pobres e mais tristes, politicamente. Por que, se se quer um mínimo de seriedade nas coisas, não tornar a Emenda nº 11 mais acessível à formação de novos partidos? Por que o Governo não dá à ARENA o que ela precisa para ser um partido estável e competidor — independência e acesso ao poder, exatamente o que todos os partidos desejam — e nisso estarão unidos, em vez de preocupar-se em arregimentar outro, que, sem esse mínimo de condições, inevitavelmente se transformará numa segunda edição não revista e piorada da atual ARENA? Por que não deixar que viva o MDB, sem se preocupar se está forte ou fraco, se tem dissidentes ou afluentes — sabendo que a vida de um partido está mais na preferência popular, por esse ou por aquele motivo, do que no bom ou mau trato que lhe ofereça o Governo?

O General Figueiredo, Sr. Presidente, prometeu fazer deste País uma democracia; não discuto se vai ou não ter condições de tornar pleno o seu juramento. Mas de uma coisa estou certo: não se faz democracia com violência, e a extinção do MDB, neste momento, é uma violência maior do que todas as cassações do AI-5, porque cassa milhões de brasileiros que ainda há pouco votaram em sua legenda. E daí termos dois problemas que queimarão a pele do Governo para sempre e entrarão na História como o maior escândalo político de todos os tempos. Quer se matar uma legenda que foi maioria no pleito majoritário, e não domina a Câmara e o Senado graças a disposições casuísticas que reduziram o número de Deputados do Centro-Sul e aumentaram de 1/3 a representação governista do Senado, com a criação dos biônicos. Com esses deploráveis expedientes, forjou-se uma maioria congressual a quem se quer dar a missão, que o próprio AI-5 recusou, de matar a oposição constitucional do Brasil.

- O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes. Fazendo soar a campainha.) Nobre Senador Teotônio Vilela, lamento ter que comunicar a V. Ex^a que o tempo que lhe é destinado já se esgotou. Peço a V. Ex^a que, podendo, abrevie seu discurso, de vez que há outros oradores inscritos.
- O Sr. Pedro Simon Sr. Presidente, peço a V. Exª que conceda ao Senador Teotônio Vilela o espaço da Liderança do MDB, para continuar com seu pronunciamento.
- O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) V. Ex a será atendido, em prejuízo de colegas de V. Ex a já inscritos.
- O Sr. Pedro Simon Meus colegas ficarão satisfeitos em ouvir a conclusão do pensamento do Senador Teotônio Vilela, tenho certeza.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Simon, no exercício da Liderança.

A questão central é simples: o Governo tornou-se impotente para democratizar o País e incapaz de produzir bens coletivos. Incompatibilizou-se com a Nação; e deseja, com a abertura, reconciliar-se. Mas a abertura, como está posta, não tem saída senão voltando às suas malditas origens. Desdenhando o tratamento institucional devido à matéria política, cai no círculo vicioso do autoritatismo ou seja de legislar sempre em causa própria. Pode criar os partidos que quiser mas não desperta no sentimento social qualquer vínculo de solidariedade política. Seguindo a ideologia econômica do Ministro do Planejamento, entrega-se o Governo à teoria do trilateralismo, segundo a qual se faz o haraquiri do Estado-Nação que, "quanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa; os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado-Nação". Essa é a palavra de ordem do ideólogo trilateral Brzezinski, cujo empenho é evitar a produção de bens coletivos aos países pobres.

O curioso é que se o problema institucional foi travado durante anos pelo militarismo, agora tende a abrir, nos moldes já analisados, sob a inspiração da Comissão Trilateral, de que vale a pena, sucintamente dar notícia ao menos para ficar nos Anais do Senado. Os interesses internacionais nunca deixaram de rondar e influir no Terceiro Mundo. O que espanta é apresentarem-se agora sem máscaras, de cara limpa, frontalmente, conforme se pode concluir da vasta documentação espalhada em livros e boletins que tratam abertamente da formulação de uma nova concepção política internacional, em defesa do capitalismo e da democracia, melhor, de uma "nova" democracia, adjetivada de "restrita", "governável" ou "possível". Nessa altura, não consigo esquecer Machado de Assis quando diz que só Deus sabe a importância de um adjetivo, principalmente nos países novos e cálidos.

Quem acompanha as vastas circunlocuções do Sr. Ministro da Justiça na apresentação de suas propostas de abertura e quem se deu ao trabalho de ler os rodeios semânticos, sem aritmética, da descritiva obra sobre inflação que o Ministro do Planejamento ofereceu ao Senado, não tem mais dúvida de que a democracia relativa, tradução brasileira do original da doutrina trilateralista, está a pleno vapor em nossas plagas.

Para se manter intocável certa ordem de altos interesses, ou seja, o monopólio da economia e a livre especulação financeira, é

necessário um sistema de governo que garanta o monopólio do poder. Os interesses internacionais em nosso País são simplesmente assombrosos. Não bastassem, como exemplos recentes, as insólitas manifestações de iraquianos. Já disse e repito que se quer transformar este País num outro Canadá, para cuja realidade política só agora o seu povo está despertando. E ao despertar explode numa onda de separatismo longamente alimentada pelas multinacionais.

A Comissão Trilateral foi fundada em 1973, com a finalidade de gerir a política e a economia dos países subdesenvolvidos. A idéia surgiu dos magnatas das finanças e da economia unindo grupos dos Estados Unidos da América do Norte, da Europa Ocidental e do Japão. E surgiu não apenas para preservar seus domínios particulares, mas sobretudo com a determinação de politizar os povos considerados democratas do Terceiro Mundo, onde acabam de descobrir a localização de suas reais dificuldades no futuro.

Sentem as atuais grandes companhias, passado o tempo da colonização, e o dos sutis testas-de-ferro dos interesses internacionais, que o ostensivo autoritarismo civil ou militar, sob a forma de ditadura ou coisa semelhante, já não lhes servem como instrumentos hábeis de "interdependência", ou seja, de disfarçada dependência. Seria necessário organizar um sistema internacional de penetração e dominação, que embora reconhecido como tal, fosse considerado apenas como conselheiro e moderador de questões. A concepção da Comissão Trilateral é verdadeiramente diabólica e nem por isso ela se esconde em subterfúgios. Seu primeiro presidente foi David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e dirigente de uma das mais colossais fortunas do mundo. Os três blocos econômicos a que já me referi são representados por banqueiros, empresários e políticos, entre eles, o Professor Raymond Barre, atual Primeiro-Ministro Francês, Churijo Fujino, Presidente do consórcio Mitsubishi, os principais representantes da Europa Ocidental e do Japão, respectivamente; e mais Cyrus Vance, o Vice-Presidente Walter Mondale, o assessor principal de Carter, Brzezinski. A denominação de Trilateral significa que prioritariamente representa os interesses dos três blocos econômicos. A teoria trilateralista, numa apreciação mundial das coisas, chegou a conclusões aparentemente estarrecedoras, como por exemplo, a de que o seu verdadeiro inimigo não está mais no Leste e sim no Sul; que no Sul o mundo subdesenvolvido carece de uma nova concepção política de caráter internacional; que a salvação do capitalismo se contém em suas diretrizes; que para salvar a democracia é necessário que ela seja governável e que para ser governável precisa ser restrita; que nem por ser restrita tem que ser militar ou percorrer os mesmos caminhos do passado, isto é, repetir o erro de abandonar o povo e ficar na

cúpula jogando golpes de poder; que o governo tem que ser popular, sem que no entanto o poder se torne popularmente competitivo; que para isso é necessário se criar um grande partido governista, com raízes naturalmente no povo, a fim de que através dele o poder sinta-se apoiado legitimamente, mesmo que abuse dos meios para manter seus monopólios; que para isso urge não abrandar o sistema de controles, mas com habilidade facilitar as organizações partidárias, de modo a não perder o suporte da maioria; que a democracia restrita guarde o princípio de que não é política mas de natureza econômica e de proporções universais; que o imobilismo político é pernicioso mas também não deve se entregar a transformações radicais; que para tanto torna-se imprescindível que os países subdesenvolvidos procedam a uma revisão de renda de modo a favorecer um pouco às reivindicações da pobreza, orientando-se pela contenção no processo de desenvolvimento industrial e favorecendo os problemas agropecuários; que é necessário conter a grita da fome sem que isso implique erradicação da pobreza, problema considerado de longo prazo, especialmente naquele sentido de que esse prazo cabe dentro do conceito de tempo oportuno invariavelmente prorrogado; que o problema da paz e da guerra está mais relacionado com os problemas econômicos e sociais entre o Norte e o Sul do que com os problemas de seguranca militar entre o Leste e o Oeste: que na cena internacional o plano visível é o conflito entre o mundo avançado e o mundo em desenvolvimento e não o conflito entre as democracias trilaterais e os Estados comunistas; que as novas aspirações do Terceiro e Quarto Mundo é que se constituem, tomadas em conjunto, numa ameaça maior à natureza do sistema internacional e principalmente aos interesses dos grupos econômicos do trilateralismo; que todos os obstáculos à obtenção de empréstimos no exterior serão removidos desde que prevaleçam os objetivos preestabelecidos, supervisionados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial; que ninguém – nenhum país – é obrigado a se sujeitar a essas condições, mas os países receptores devem estar conscientes de que não devem se sentir ofendidos em suas soberanias nacionais com as condições impostas; que as palavras chaves e simbólicas - "interdependência" e "cooperação" - são termos novos que na realidade traduzem o que sempre se chamou de dependência e coação econômica; que não se admite que às indústrias estrangeiras instaladas nos países pobres, beneficiando-se dos baixos custos e das vantagens de acesso, venham a sofrer no futuro qualquer restrição ou se transformarem em outros tantos reféns; que é necessário vigiar o Terceiro Mundo, especialmente a América Latina, para que não venha a se organizar, como a OPEP, em torno de suas matérias-primas; que o mundo desenvolvido não tem como sobreviver se uma política

como a da OPEP for levada a efeito pela América Latina, onde é forte a consciência de nacionalidade e desafeição aos Estados Unidos; que urge reformar o sistema internacional capitalista para salvá-lo, principalmente do Terceiro Mundo; que o Terceiro Mundo não deve pensar em crescer desmesuradamente ignorando os países ricos porque a Trilateral representa um óbice irremovível, pois é ela que encarna a institucionalização a nível mundial da transacionalização do processo de acumulação capitalista e de controle do trabalho; que a ideologia do Trilateralismo, embora não proponha a catástrofe, a inclui serenamente em suas conclusões finais, desde que não seja atendida docilmente pelos países pobres; que como os países trilaterais representam 2/3 da produção mundial, é uma questão da alçada dos fortes ditar normas sobre política financeira, tributária e fiscal, devendo todos cingirem-se ao determinado, independentemente das preferências nacionais; que é por demais sabido que as políticas domésticas se tornam perigosas na medida em que se orientam por interesses nacionais; que o interesse nacional deve receber diretrizes da Trilateral no que tange às políticas institucional, monetária e fiscal; que o país subdesenvolvido só pode seguir sua política interna na medida em que conjugar seus interesses internos com as decisões das instituições internacionais; que o Fundo Monetário Internacional é o demolidor do país que descumprir seus itens de aliança com o Trilateralismo; que a Trilateral gerencia a atual divisão de trabalho e consequente tipo de acumulação do capital, carregando no seu bojo o poder efetivo de tornar impraticável a política tradicional do pleno emprego; que os países pobres são simples executores das políticas ditadas pelos países ricos; que os países dependentes devem declaradamente transformarem-se em representantes dos países que os exploram, despreocupando-se do complexo colonialista, uma vez que a subordinação à Trilateral é uma maneira de associação, mesmo limitada, às vantagens do mundo moderno; que a sociedade moderna é instável e reivindicatória e nenhum país sozinho suporta os encargos da satisfação se não se engaja num esquema de proteção universal, como o Trilateralismo, plenamente capaz de salvaguardar as crises emergentes; que o desenvolvimento não deve ter o homem nacional como centro, mas as companhias multinacionais e seus mecanismos de ação; que se deve conter a industrialização e destacar a agricultura como preferencial para aplicação de capital transnacional, porque nessa área é mais difícil o aceleramento do progresso dos países pobres. que já constituem perigo para o mundo desenvolvido; que é necessário o controle da informação inclusive porque é um direito do Estado reter a informação que achar conveniente; que se deve substituir a censura policialmente imposta pela autocensura, uma vez que o Estado dispõe de mil formas para administrar as necessidades da imprensa; que diante de tudo isto surge um "novo período de esperança... um período no qual torna-se novamente realista pensar que a democracia é realizável, que os direitos humanos podem ser protegidos".

Iria muito mais adiante, mas creio que essa amostragem é suficiente. As semelhanças com o que se está fazendo aqui, se não são meras coincidências, de algum modo são coincidências preocupantes. O que fica bastante claro é que o sentimento nacionalista está em baixa sensível nas colocações das políticas brasileiras dominantes. Por outro lado, os enigmas que envolvem o desenvolvimento monumentalista desafiam indefinidamente a crítica nacional. A abertura torna-se um espaço ambíguo em que a Trilateral mexe com os seus cordéis para fortalecer suas diretrizes, a princípio discritivamente favoráveis mas ideologicamente abomináveis, pelas suas opcões majestáticas e finais. Lisamente se impõe que o Estado adote sem restrições a doutrina trilateralista e que a Nação lhe dê suporte político espontâneo, o que representaria, como no Canadá, a abdicação da soberania nacional em favor da internacionalização da política e da economia brasileiras. De sobremesa dá-se a sociedade como torta de banana, em homenagem à memória do nacionalismo.

Sr. Presidente, se o General Figueiredo quer fazer deste País uma democracia tem que ir às fontes da nacionalidade - o povo, que nada tem a ver com as manipulações ministeriais em torno de uma abertura totalmente desprovida de seriedade institucional. São três lustros de promessas descumpridas - isso aniquila a confiança de um povo sensível como o brasileiro. Não nego ao Presidente o empenho de readquirir para o seu Governo a credibilidade política malbaratada pela própria indiferença do oficialismo. Acontece que a obtenção desse crédito depende menos do desejo e muito mais dos mecanismos de ação de que eventualmente o General João Baptista Figueiredo é senhor e escravo. A conquista de um objetivo certo não se faz por caminhos incertos, como os de uma abertura que, em última análise, revela mais precipitação em amar do que amor. Enquanto o Chefe da Nação não falar a linguagem institucional da decifração real da questão do poder, as demais continuarão polêmicas e insolúveis, pela carga de pressão originária do próprio jogo de interesses montado na matriz das decisões ministeriais.

A realidade brutal é que sofremos de carência generalizada, vai do feijão à Constituição. E esse sofrimento, atribuído frequentemente a fatores externos ou climáticos, é sobretudo um fato decorrente das políticas administrativas divorciadas das necessidades

nacionais. O que quer o povo é atenção às suas necessidades — da ordem política à ordem econômica e social. Nada disso é bicho de sete cabeças, mas tudo isso requer principalmente a ética da sinceridade no que diz respeito ao trato dos valores fundamentais do homem, da doutrina, da tradição, das instituições e da sociedade. O exercício do pragmatismo, como teoria e prática de Governo, levou este País ao léu do desvario. Do ganho de trabalho ao ganho de capital, da dívida interna à dívida externa, da legalidade ao AI-5 à democracia relativa, do constitucionalismo outorgado ao federalismo falido, do gigantismo da União ao raquitismo do Município, e iríamos muito longe nas citações, se transformou a terra firme, ainda que fraca, num enorme charco, cuja drenagem não se faz cochichando de helicópteros mas descendo equipado e enfrentando o ambiente inóspito com determinação e inteligência, coragem e competência.

OSr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex
a uma rapidíssima intervenção?

O SR. TEOTÔNIO VILELA - Pois não.

O Sr. Lázaro Barboza — Eminente Senador, apenas para dizer a V. Exª que o Movimento Democrático Brasileiro se sente mais do que honrado em ter na pessoa do eminente Senador Teotônio Vilela um dos seus integrantes. E para dizer que o discurso lúcido que V. Exª faz, uma radiografia sem retoques da situação brasileira, difícil, é um discurso não apenas de V. Exª, mas que interpreta o pensamento de toda a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro e de todo o nosso Partido.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, nobre Líder Lázaro Barboza.

Considero a Constituinte, Sr. Presidente, o conjunto de equipamentos com potencialidades suficientes para drenar o charco. Com as pás e picaretas da abertura em ação, simplesmente não se abre condições de hospitalidade à democracia e nem tampouco se suaviza a grave situação em que se encontra o País. Quer o Presidente fazer deste País uma democracia, passe para o lado do povo e disponha-se a realizar uma obra histórica, manejando os equipamentos de efetiva abertura a um novo pacto social. Todos estaremos entregues ao mesmo trabalho — e nisso é que consiste a conciliação. A conciliação política é um gesto de grandeza à base de um trabalho construtivo comum, onde o encontro não se dá "apesar" das divergências, como diria José Veríssimo, mas exatamente por "causa delas". A abertura só pode ser entendida como ato inaugural do pro-

cesso de institucionalização do regime democrático. É "por causa" das nossas divergências e não "apesar" delas, que haveremos de criar o grande diálogo da Constituinte, em que predomine o ideário liberal de Joaquim Nabuco, segundo o qual devemos concordar em discordar. Fora disso, é afundar cada vez mais no charco.

E o bom cavaleiro sabe que o charco é o pior dos abismos — porque procura esconder a evidência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

